

LEIA NESTA EDIÇÃO:

1 - Um minuto de Reflexão; 2 - RS: agrotóxico pode ter sido causa da mortandade de abelhas em Barra do Rio Azul; 3 - Em novembro acontece 2º Seminário Paranaense de Meliponicultura, em Curitiba – PR; 4 – Dia 4 de setembro aconteceu REUNIÃO sobre regulamentação da Resolução CONAMA nº 346, de 16 de agosto de 2004; 5 – IAP conclui Plano de Ação para conservação de Abelhas Sociais Nativas Sem Ferrão do Estado do Paraná; 6 – Prazo para declarar ITR vai até final de setembro; 7 - Decreto obriga averbação de Reserva legal nas propriedades rurais; 8 – Pesquisador faz levantamento de Abelhas Nativas em Goiânia; 9 – Vale estuda a fauna em Carajás; 10 – Ibama delimita portos e aeroportos por onde podem passar espécies em extinção; 11 – Índio cria abelha contra desmatamento; 12 - Viveiro Municipal realiza curso de cultura de abelhas urucu; 13 - Abelhas Envenenadas - O combate ao amarelão, doença que ataca os pomares de laranja, está prejudicando a criação de abelhas em São Paulo; 14 – A Federação Paranaense de Apicultores (FEPA) propõe criação de Câmara Técnica/grupo de Trabalho; 15 – FEPA reivindica junto à SEAB norma estadual específica sobre inspeção, processamento e comercialização de Méis de Meliponíneos.

1 - Um minuto de Reflexão

. “ Trate bem a terra. Ela não foi doada a você pelos seus pais. Ela foi emprestada a você pelos seus filhos.” - (Provérbio antigo do Quênia)

. “ A liberdade é modelada na bigorna da discussão, divergência e debate.” - Hubert H. Humphrey)

2 - RS: agrotóxico pode ter sido causa da mortandade de abelhas em Barra do Rio Azul

Terezinha Mariza Vilck - Barra do Rio Azul/RS - O apicultor Evandro Bagnara, de Barra do Rio Azul, perdeu 48 colméias das 60 que possuía. Em outras duas propriedades vizinhas ocorreu a morte de mais 32 colméias. Apesar da boa reserva de mel, na propriedade do Bagnara apareceram montes de abelhas mortas e algumas colméias, com poucas abelhas vivas definhando. Aquelas que estavam vivas pareciam desorientadas, perdidas ou agonizando sem conseguir voar.

“Tinha enxames com oito a 10 quilos de mel que seriam colhidos em setembro”, lamenta Bagnara. Ele diz que só com a produção de mel deixou de ganhar cerca de R\$ 7 mil no ano. O produtor avalia que, somando o tempo gasto, o material e os investimentos para recuperar a atividade, as perdas devem chegar a R\$ 30mil.

De acordo com o assistente técnico regional da Emater/RS-Ascar de Erechim, Carlos Angonese, as abelhas morreram, provavelmente, em função de agrotóxicos. “Os sintomas são semelhantes aos produzidos por um agrotóxico que controla formigas. Este produto é aplicado junto com a dessecação de coberturas verdes de inverno, para o plantio da safra de verão. Como as coberturas verdes possuem flores, as abelhas não detectam o produto e carregam para dentro da colméias”, explica Angonese.

Segundo ele, o efeito é semelhante ao que acontece no formigueiro. “As formigas e abelhas são seres sociais onde cada uma exerce sua função. Quando esta estrutura é quebrada, larvas não são mais alimentadas, a rainha também não recebe os cuidados necessários, o soldado não defende mais a colméia, as abelhas parecem enfraquecidas e intoxicadas e dentro de 10 a 15 dias a colméia perece”, explica, ao destacar que, “como nestas áreas existem muitas flores, as abelhas levam o agrotóxico para o interior das colméias e morrem desorientadas. Este agrotóxico, desorganiza os himenópteros, que são insetos que vivem em colônias”, explica o técnico.

Na verdade, avalia Angonese, o prejuízo é muito maior que os 80 enxames perdidos pelos apicultores, porque este é o número de colméias que eram manejadas pelo apicultor, “mas existe um grande número de colméias que vivem em abrigos naturais, tais como ocos de árvores, tocos e pedras, entre outros locais, seja da abelha Apis (italiana x africana), seja dos meliponídeos, que são as abelhas nativas”.

Para os agricultores que vivem num raio de três quilômetros desta região, as perdas de produtividade nas frutíferas e nas culturas de lavouras serão significativas, já que a população de insetos polinizadores será diminuída significativamente, alerta Angonese. Ele ressalta ainda que poderá haver problemas para o meio ambiente porque foi subtraída toda uma categoria de insetos, o que deverá influenciar na cadeia alimentar e na polinização.

“As perdas para o apicultor representaram 80% das colméias e por consequência 1800 kg de mel a menos da principal renda”, calcula Angonese, ao projetar, para os vizinhos de Evandro Bagnara, 100% das colméias e 100% da produção. “Eles não terão mel nem para a subsistência”, diz o técnico. Já o produtor Bagnara aconselha que para que isso não ocorra novamente e que não sejam causados mais prejuízos, os produtores usem o formicida de forma correta em suas lavouras.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Emater/RS – Apacame-Web – Veículo: Página Rural - Seção: Notícias - Data: 28/08/2008 - Estado: RS

3 – Em novembro acontece 2º Seminário Paranaense de Meliponicultura, em Curitiba – PR

Já está tudo acertado. Dia 28 de novembro de 2008, acontecerá o "2º SEMINÁRIO PARANAENSE DE MELIPONICULTURA", no Anfiteatro do Instituto Emater-PR (rua da Bandeira, 500 – Ahú/Cabral), em Curitiba – PR, uma realização da Federação Paranaense de Apicultura (FEPA).

Várias são as palestras previstas:

. **“Abelhas brasileiras: aspectos sobre sistemática e identificação”**, com o Prof. GABRIEL A. R. MELO, sob a coordenação de Daros Teodoro da Silva (SEAB/DEAGRO);

. **"A importância das Abelhas Sem Ferrão para o meio ambiente e como agentes Polinizadores"**, com a Profª VERA LUCIA IMPERATRIZ FONSECA – USP, sob a coordenação de Marcelo Bosco Pinto (SPVS).

. **"Aspectos sobre legislação, políticas públicas, comercialização e organização da meliponicultura"** (Eunice Lislaine Chrestenzen de Souza - Núcleo de Fauna e Recursos Pesqueiros -IBAMA - PR, Dennis N. Marques Patrocínio (IAP/DIBAP/CONFAUNA) e João Carlos Rocha Almeida (SEAB/DEFIS/SIP/POA), sob a coordenação de Roberto de Andrade Silva (SEAB/DERAL).

. “Aspectos da criação de Abelhas Mandaçaia” (*Melipona quadrifaciata quadrifaciata*), com o meliponicultor CARLOS CHOCIAI (Apiários Carlos Chociai), sob a coordenação do do Prof. Harold Brand (Colégio Curitiba).

. “Aspectos da criação de Jataí” (*Tetragonisca angustula angustula*), com o meliponicultor SEBASTIÃO RAMOS GONZAGA, sob a coordenação de Paulo Luciano da Silva (Instituto Emater-PR).

. “Aspectos da criação de Tubuna” (*Scaptotrigona bipunctata*), com o meliponicultor - ÉDERSON JOSE HOLDIZS, sob a coordenação de Marcos Antonio Dalla Costa (Secretaria Municipal de meio Ambiente - Mandirituba).

Também, está prevista uma Mostra sobre Meliponicultura. espaço livre para apresentação de posters, fotos, materiais/máquinas/equipamentos utilizados na meliponicultura, colônias de ASF e para degustação de méis de ASF.

Mas informações com: Roberto de A Silva - andrades@seab.pr.gov.br - (41) 3313.4132 e Paulo Luciano da Silva – sac@emater.pr.gov.br - 0**41-32502263 -

4 – Dia 4 de setembro aconteceu REUNIÃO sobre regulamentação da Resolução CONAMA nº 346, de 16 de agosto de 2004

A reunião sobre a Regulamentação da Resolução CONAMA nº 346, de 16 de agosto de 2004, aconteceu dia 4 de setembro de 2008, no Anfiteatro da SEAB (rua dos Funcionários, 1559 - Cabral - Curitiba - PR), no horário das 17 horas às 19 horas.

A pauta proposta para a reunião e cumprida, foi: - 17:10 horas às 17:50: apresentação de propostas de regulamentação da Resolução Conama nº 346/04; - 17:50 às 18:30 horas: debate; e, - 18:30 às 19 horas: conclusões e encaminhamentos finais.

Os participantes, foram: Roberto de A Silva (SEAB – andrades@seab.pr.gov.br - 3313.4132), Marcos Dalla Costa (Prefeitura Mandirituba – 3626.1784 – semamandi@yahoo.com.br) , Salete P. Uczai (produtora – Mandirituba – 3626.1663), César R. Oliveira (APA – 3256.0504 – apiscesar@hotmail.com), Harold Brand (APA – 3333-3426 – colcuritibano@netpar.com.br), Deni Schwartz (CBRAS – 9193.5691 – denils@comfauna.com), Marcelo Bosco (SPVS – 3339.4638 – Marcelob@spvs.org.br), Solange R. Malkowski (MHNCI – 3366.3133 – solangereginam@yahoo.com.br) Eunice L. C. de Souza (IBAMA – 3360.6100 – Eunice.Souza@ibama.gov.br), Daros A T. da Silva (darosteodoro@seab.pr.gov.br - 33134047), Adhemar Pegoraro (UFPR e FEPA - 3250-5778 - apegoraro@ufpr.br).

Foi aberta a palavra e dentre os presentes o biólogo/meliponicultor Deni Schwartz, apresentou considerações sobre a Instrução Normativa nº 169, de 20 de 2008 - IBAMA e informou que os setores ligados à fauna silvestre estão propondo alterações na citada IN, que deverá ser substituída por outra.

Também, fez referências à Resolução nº 346, 16 de agosto de 2004 (Conama) e submeteu aos presentes sua proposta de regulamentação da dita resolução, cujo resumo segue abaixo.

“Licenciamento da Meliponicultura

Necessidade para 50 ou mais colônias. Obs: sugerimos que a Jataí (*Tetragonisca angustula*) seja incluída entre as espécies consideradas sinantrópicas, cuja criação seria dispensada de licenciamento.

Licenciamento de empreendimentos de Fauna (Criadouro, etc): Primeira Etapa: Licença Prévia ou Autorização prévia; Segunda Etapa: Licença de Instalação ou Autorização de Instalação; Terceira Etapa: Licença de Operação ou Autorização de Uso e Manejo.

Proposta para Licenciamento da meliponicultura: Apenas duas (2) etapas: licença prévia e licença de Operação.

Para obtenção da Licença Prévia (LP): Cadastro do empreendedor no CTFA e no SISFAUNA (CPF ou CNPJ); Cadastro de cada um dos meliponários pretendidos no SISFAUAN com: Localização georeferenciada e Espécies a serem criadas.

Para obtenção da Licença de Operação (LO): Protocolo no IBAMA Do Projeto Técnico do(s) meliponário(s), com: 1- objetivo do empreendimento; 2- croquis de acesso à propriedade; 3- Localização do(s) meliponários na propriedade; 4- Quantitativo planejado de colônias por espécies por meliponário; 5- Descrição das colméias a serem utilizadas para cada espécie; 6- Formas de obtenção das colônias; 7- Descrição do Manejo a ser empregado na criação; 8- Descrição dos métodos de marcação, registro e controle das colônias; e, processamento dos produtos.

Após o protocolo aguardar avaliação técnica do projeto e emissão da Licença de Operação (LO) pelo SISFAUNA.” Ao finalizar a apresentação, Deni Schwartz, ressaltou que a proposta é base para o debate coletivo, ainda com necessidade de alguns ajustes e adendos.

Na ocasião os presentes fizeram suas considerações sobre a situação atual da meliponicultura e sobre a proposta propriamente dita, restando o consenso que deverá haver maior debate e reflexão sobre o tema, inclusive consultando-se o maior número de envolvidos com a criação de ASF e por todo o Paraná.

Restou também consensado que uma proposta servirá para balizar legislação específica do estado do Paraná e legislação federal (IBMA).

A seguir o Marcelo Bosco (SPVS), informou sobre a redação final do Plano de Ação Meliponíneos (IAP), cujo documento será encaminhado aos autores e participantes da reunião e que alguns aspectos já foram especificados/detalhados e poderão ter implementação no curto prazo. Roberto de A Silva (SEAB), repassou algumas informações, conforme segue:

1- A FEPA (Adhemar Pegoraro) protocolou junto à SEAB (Secretário Walter Bianchini), ofício solicitando estudos, visando instituir legislação estadual de Qualidade e Identidade de Méis de Meliponíneos, registro e rotulagem de produtos, conforme recomendação do I Seminário Paranaense de Meliponicultura (27/09/2007);

2 - A FEPA (Adhemar Pegoraro) está abrindo à meliponicultura a possibilidade da criação de Câmara Técnica/Grupo de Trabalho, no âmbito da entidade, também em conformidade com recomendação do I Seminário Paranaense de Meliponicultura, cuja proposta de portaria/resolução será enviada a todos para reflexão e definições posteriores;

3 - Também, existe a possibilidade de instituir-se no âmbito da SEAB – CEDRAF, de Câmara Técnica/Setorial que poderá abranger a meliponicultura, resguardando-se a especificidade do segmento, cuja deliberação de criação deu-se no Encontro Estadual de Apicultura (2006) e aprovação em reunião do CEDRAF;

4 - dia 10 e outubro, acontecerá o 4º Encontro Estadual de apicultura e dia 28 de novembro de 2008, acontecerá o II Seminário Paranaense de Meliponicultura, ambos em Curitiba e no Instituto Emater-PR.

Assim, após a apresentação, debate e informações adicionais, resultou as seguintes **conclusões**:

a)- a proposta apresentado por DENI SCWARTZ (acrescida das considerações do presentes), deverá sofrer a reflexão e o debate do maior número possível de atores da meliponicultura (criadores, pesquisadores, agentes públicos, técnicos, etc);

b)- Novas propostas e/ou Sugestões visando o seu aperfeiçoamento, devem ser remetidas para: **Roberto de A Silva** (SEAB/DERAL - andrades@seab.pr.gov.br - 3313.4132); **Deni Schwartz** (CBRAS – 9193.5691 – denils@comfauna.com) e/ou **Eunice L. C. de Souza** (IBAMA – 3360.6100 – Eunice.Souza@ibama.gov.br), que farão a coleta, aglutinação e sistematização;

c)- dia **16 de outubro** (Curitiba, na SEAB, às 17 horas), será realizada **nova reunião** para a continuidade dos estudos, debates e apresentação das propostas e sugestões recebidos.

Mais informações com: Roberto de A Silva (SEAB/DERAL - andrades@seab.pr.gov.br - (41) 3313.4132).

5 – IAP conclui Plano de Ação para conservação de Abelhas Sociais Nativas Sem Ferrão do Estado do Paraná

Dias 14 e 15 de agosto o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), realizou o II Workshop para validação dos Planos de Ação elaborados para a Política Estadual de Proteção à Fauna Nativa/SISFAUNA.

Os objetivos do evento, foram: apresentar os planos de ação elaborados pelos grupos de trabalho à plenária; discutir, ajustar e validar os planos de ação junto à plenária constituída pelos participantes do evento.

As espécies animais nativas consideradas para efeito da formulação dos Planos de Ação, foram: grupo de vertebrados Aquáticos (boto-cinza, toninha, tartaruga-de-couro e tartaruga-verde), aves ameaçadas (in situ, aves de estuários e brejos litorâneos, falconiformes, aves de várzeas e aves de campos), abelhas nativas sem ferrão (meliponíneos), mamíferos terrestres e marinhos ameaçados, peixes ameaçados, controle de espécies exóticas, espécies em desequilíbrio populacional (capivara, macaco-prego e pomba-amargosa), queixada e cateto, gato-do-mato-maracajá, bugio-ruivo, araras, maracanã, macuco e jacutinga.

Como resultado deste workshop, foi concluído o **PLANO DE AÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE ABELHAS SOCIAIS NATIVAS SEM FERRÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, que contou com a coordenação de Marcelo Bosco Pinto (SPVS) e colaboração de: Carlos Vitor de Oliveira H. (UFPR); César Ronconi de Oliveira (APA); Dennis Nogarolli M. Patrocínio (IAP); Éderson J. Holdiz (Meliponicultor); Emerson Mottin Muller (Meliponicultor); Guilherme Z. Karam (SPVS); Harold Brand (APA); João Carlos R. Almeida (SEAB/DEFIS); Letícia Vanessa Graf (SPVS); Luis Antonio dos S. de Freitas (SPVS); Marcos A. Dalla Costa (SEMA/Mandirituba-PR); Roberto Carlos Silva (SEAB/DERAL); Ronaldo Carvalho Santos (Assessoria Independente/PTS); Sebastião Gonzaga (APA); Solange R. Malkowski (MHNCI).

No contexto do “Plano de Ação Plano de Ação para conservação de Abelhas Sociais Nativas Sem Ferrão do Estado do Paraná”, foram propostas as “**Prioridades para Execução do Plano de Ação para os meliponina do Estado do Paraná**”, constituída de 3 metas e respectivas atividades:

Meta 1 – Estabelecer e oficializar Câmara Técnica do SISFAUNA para os meliponina, com no mínimo 10 membros ativos e encaminhamento de duas (2) propostas de dispositivos legais aos órgãos competentes (5 atividades); **Meta 2** – Apoiar pesquisa direcionada aos Meliponina (4 atividades); e, **Meta 3** – Produzir material informativo (4 atividades).

Para maiores informações, contatar: Márcia Guadalupe Pires Tossulino (márciagp@iap.pr.gov.br - (41) 3213-3700 e/ou Marcelo Bosco (SPVS – 3339.4638 – Marcelob@spvs.org.br)

6 – Prazo para declarar ITR vai até final de setembro

Os proprietários rurais têm até o dia 30 de setembro para entregar à Receita Federal do Brasil as declarações do Imposto Territorial Rural (ITR) deste ano. O prazo começou dia 11 de agosto. No ano passado, foram entregues 4,8 milhões de declarações.

Segundo a Receita, quando se tratar de condomínio de imóvel rural pelo menos um dos membros tem que fazer a declaração, caso o imóvel pertença a mais de uma pessoa física ou jurídica, em decorrência de contrato ou decisão judicial, ou a mais de um donatário, em função de doação recebida em comum.

Se o ITR não for apresentado dentro do prazo, o proprietário fica sujeito a multa de 1% ao mês sobre o valor total do imposto devido, que é sempre superior a R\$ 50, inclusive no caso de imóvel rural imune ou isento do imposto.

A declaração poder ser feita pela Internet (ver endereço abaixo); em disquete apresentado nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal ou em postos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao custo de R\$ 3,50.

Os produtores podem procurar os sindicatos rurais que estão aptos a dar orientações e ajuda no preenchimento e entrega da declaração do ITR 2008 e do Ato Declaratório Ambiental (ADA) do Ibama. (www.receita.fazenda.gov.br)

Documentos – Para preencher a DITR 2008, o produtor rural deve ter em mãos os seguintes documentos e informações: certidão imobiliária do imóvel, reserva legal averbada, número do imóvel

na Receita Federal (Nirf), número do cadastro junto ao INCRA - CCIR de 2003 a 2005, dados pessoais do proprietário, área utilizada em 2007 pela atividade agrícola, pecuária, de reflorestamento, hortigranjeira e extrativista, indicativos do Valor da Terra Nua, das benfeitorias, culturas, pastagens e florestas, referentes ao ano passado, área de preservação ambiental, notas fiscais do produtor emitidas em 2007, área ocupada com benfeitorias e inexplorada, como também, fichas de vacinação de animais ocorridas no ano passado.

Fonte: Boletim Informática 1018 – 18 a 24 de agosto de 2008 – <http://www.faep.com.br>

7 - Decreto obriga averbação de Reserva legal nas propriedades rurais

No dia 22 de julho, foi publicado o Decreto 6.514 que altera a Lei de Crimes Ambientais. A norma não altera os dispositivos do Código Florestal no que se refere à Reserva Legal e às Áreas de Preservação Permanente. Porém, criou novas penalidades para quem não cumprir a legislação ou cometer algum ato lesivo ao meio ambiente.

Quanto à legislação sobre crimes ambientais, desde 2003 a FAEP orienta os produtores rurais por meio do Programa "Casa em Ordem". Aproximadamente 20 mil produtores já foram orientados. Portanto, não faltou orientação ao produtor rural. Com isso, a decisão de fazer ou não a regularização ambiental da propriedade é do produtor.

O Decreto aumenta as penalidades para quem ainda não tomou providências para se adequar ambientalmente. A partir de agora, os produtores rurais têm até 270 dias (180 mais 90) para regularizar a Reserva Legal de sua propriedade. Caso não faça, poderá sofrer as novas sanções impostas pelo Decreto. Entre elas, há multas que variam de R\$ 500,00 a R\$ 100 mil. Além disso, os proprietários rurais que desmataram deverão firmar Termos de Compromisso com o órgão ambiental.

Com as alterações, foram reduzidos os prazos para recursos contra as autuações. A partir de agora, os recursos de multas passarão apenas por duas instâncias administrativas. Uma no órgão ambiental e outra no CONAMA. Anteriormente, o processo passava por quatro etapas e podia durar anos tramitando. O governo reduziu isso para menos da metade do tempo. Além disso, o produtor ainda poderá ainda recorrer ao Judiciário.

Também foi criado um programa de segurança ambiental com as figuras do guarda-parques e da guarda ambiental nacional. O governo pretende fazer parcerias com os estados para que bombeiros, batalhões ambientais e florestais das polícias militares ajudem a conter os desmatamentos, queimadas, caça e outras ilegalidades, dentro e fora das unidades de conservação.

Aqui no Paraná, temos a regulamentação por meio do SISLEG que dá o prazo para a RECUPERAÇÃO da Reserva Legal até 2018. Mas o prazo é só para recuperar. De acordo com o Decreto, serão apenas 270 dias para a AVERBAÇÃO.

Antes do Decreto, se o produtor reparasse o dano, ele poderia ter a redução do valor da multa em até 90%. Agora, essa redução não passa de 40%.

Fonte: Boletim Informática 1016 – 04 a 10 de agosto de 2008
http://www2.fae.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=1484 -

8 – Pesquisador faz levantamento de Abelhas Nativas em Goiânia

O pesquisador Ruy Bozza mostra colméia no Parque Areião. A fauna silvestre dos parques de Goiânia tem sido alvo de estudos e pesquisas, graças à sua biodiversidade. Há alguns dias, o pesquisador e mestrando da Universidade Católica de Goiás, Ruy Bozza, com a orientação da Gerência de Manejo e Proteção da Fauna Silvestre da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), vem realizando o levantamento de abelhas nativas, associadas à vegetação do cerrado, nas unidades de conservação. A pesquisa tem por objetivo apontar as espécies presentes nos parques da cidade.

O trabalho faz parte de uma pesquisa para dissertação de mestrado e o levantamento já foi realizado nos Parques Flamboyant e Areião. Nas próximas semanas, o pesquisador passará ainda pelo Bosque dos Buritis, Parques Vaca Brava, Botafogo e Mutirama. Esta etapa – de pesquisa de campo - deve ser concluída até o final de setembro, quando acaba o período de seca. No período chuvoso, Ruy Bozza voltará a cada um dos parques, obedecendo às mesmas marcações para observar as variações.

O objetivo da pesquisa é identificar a biodiversidade das espécies em unidades de conservação inseridas em áreas urbanas, com ênfase nas mais antropizadas (que sofrem ação humana). “Observamos uma interdependência entre a fauna e a flora, uma relação de co-evolução. As abelhas são fundamentais para a polinização e a quantidade de espécies garante que ela aconteça com maior qualidade, o que por sua vez, garante melhores frutos à fauna, gerando uma cadeia”, explica Bozza.

“Se soubermos quantas e quais espécies estão presentes nos parques da cidade, poderemos analisar se são suficientes ou compatíveis com o que a área de conservação necessita e propor medidas para adequar a realidade”, explica. “Até agora, não temos do que reclamar. Goiânia é uma capital privilegiada pelo número de áreas verdes que possui e pela diversidade de espécies que cada umas dessas unidades abriga”, analisa.

Durante a pesquisa, é levado em consideração o tipo de árvore que a espécie habita, o tipo de ninho construído, a temperatura e a umidade do local. Todo o trabalho tem sido acompanhado por técnicos e estagiários da Amma, que auxiliam o pesquisador nas unidades de conservação e, em contrapartida, têm a oportunidade de vivenciar as etapas de um projeto de pesquisa.

Ruy Chaves Bozza Júnior é biólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), especialista em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrando em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás (UCG), sob orientação do professor doutor Francisco Leonardo Tejerina Garro. É ainda pesquisador do Instituto do Trópico Sub-úmido (ITS), coordenador do Núcleo de cactos, bromélias e orquídeas e do Meliponário Laura Chaer (criatório de abelhas nativas), todos da UCG. A tese do mestrado deve ser entregue em julho do próximo ano.

A gerente de Manejo e Proteção da Fauna Silvestre, Marize Moreira, aponta para a importância de orientar a população para que não se realize queimadas, pois elas destroem a biodiversidade do local onde é realizada e, conseqüentemente, o habitat natural das abelhas, fazendo com que elas

migrem para o ambiente urbano. Segundo a bióloga, áreas próximas às unidades de conservação são as mais atingidas.

“Quem mora próximo aos parques de Goiânia, embora possa sofrer mais com a presença das abelhas, não deve se preocupar. Nessas áreas, é comum termos abelhas nativas, que não têm ferrão e não oferecem qualquer risco à população” diz. “Caso a população tenha a residência invadida por marimbondos ou abelhas, basta ligar para o Centro de Zoonoses da Prefeitura (0800 646 1520) ou para o Telefone Verde (161), que encaminhará a solicitação ao Centro de Zoonoses. Os técnicos irão até a residência para capturar os animais e o transportarão para um lugar mais adequado, sem prejuízos a eles ou aos moradores”, explica.

Fonte: Apacame-Web – apacameplenario@yahoogrupos.com.br - "APACAME-Web" <webapacame@terra.com.br - 10/09/2008

9 – Vale estuda a fauna em Carajás

PARAUPEBAS (PA) - Conhecer e monitorar as características da fauna existente na Floresta Nacional de Carajás, gerando informações que possam contribuir para preservar as espécies e o meio ambiente. Esta é uma das metas do Plano de Monitoramento e Estudos de Fauna Silvestre – resultado de um convênio entre a Vale e a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) – implantado na Floresta Nacional de Carajás, localizada no município de Parauapebas, sudeste do Pará.

O projeto visa proporcionar o desenvolvimento da região através do fomento à pesquisa científica e capacitação de futuros profissionais. “A melhor forma de alcançar a excelência ambiental nos projetos da Vale em Carajás é através de estudos voltados para o meio ambiente. Isso só é possível se investirmos na ampliação de nossos conhecimentos por meio de pesquisas científicas”, explica Alexandre Castilho, engenheiro da Vale.

O plano consiste em conhecer as espécies e monitorar as populações, diagnosticando ameaças e indicando alternativas de proteção da fauna local. Serão pesquisados os grupos de vertebrados (mamíferos, aves, répteis e anfíbios) e invertebrados (formigas, abelhas e carrapatos) da Floresta Nacional de Carajás, a fim de identificar as espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção.

Os estudos serão divididos em subprojetos, como o levantamento e monitoramento de fauna, resgate e aproveitamento de colméias de abelhas e estudos ecológicos, zootécnicos e parasitológicos dos animais silvestres do Parque Zoobotânico Vale Carajás (PZVC) e da Floresta Nacional de Carajás. O convênio também está mudando a rotina do Parque Zoobotânico Vale Carajás, que antes era destinado apenas à visitação e agora passa a ser referência em estudos de fauna na região, transformando-se em um imenso laboratório vivo para os estudantes e professores com a realização de cursos de extensão, aulas práticas e atividades de pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão repassados à Vale através de relatórios semestrais e anuais que, além de gerar um banco de dados sobre as espécies de Carajás, servirão como base na elaboração de planos de ação específicos para o manejo e conservação das espécies. “Essas atividades também demonstram o interesse da Vale em fortalecer as instituições de ensino, investindo em infraestrutura e na preparação de jovens na área ambiental para atender as necessidades do

mercado local e contribuir no desenvolvimento da região”, explica Paulo Bueno, gerente de Meio Ambiente da Vale.

Estudantes comemoram - O sonho de estudar as riquezas da fauna e colocar em prática as informações da sala de aula virou realidade para 22 universitários dos cursos de zootecnia (Ufra) e biologia (Uepa), contemplados com uma bolsa de pesquisa para desenvolver as atividades dos projetos.

Os estudantes acompanharão de perto os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores, vivendo na prática experiências da atividade profissional. “Sempre tive interesse por animais, mas não conseguia me encontrar no curso, pois é muito voltado para a pecuária. Depois que comecei a participar das atividades com animais silvestres só penso em me especializar ainda mais nessa área e me tornar um grande profissional”, empolga-se Rafael Silva, estudante da zootecnia da Ufra.

Além de beneficiar os estudantes, o convênio também prevê bolsas para apoio técnico (destinada a recém-formados) e para coordenadores de grupo e professores renomados na área ambiental da Ufra e outras instituições, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Embrapa e Universidade do Nebraska (Estados Unidos).

Fonte: Apacame-Web - Veículo: Diário do Pará Online - Seção: Regional - Data: 05/09/2008 - Estado: PA

10 – Ibama delimita portos e aeroportos por onde podem passar espécies em extinção

O Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, designou por quais portos e aeroportos espécies em extinção da fauna e da flora poderão entrar e sair do país.

De acordo com a Instrução Normativa n.º 188, publicada na edição de hoje (11) do Diário Oficial da União, na Região Centro-Oeste, o Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – será o ponto liberado pelo Ibama. Na Nordeste, serão o Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza (CE), e o Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães.

O Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus (AM), e o Porto de Belém, no Pará, são os pontos autorizados na Região Norte. No Sudeste, são o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, o Porto de Santos e o Porto de Vitória, no Espírito Santo. No Sul, estão liberados o Aeroporto Internacional Salgado Filho, Porto Alegre (RS), Portos de Paranaguá (PR), Itajaí (SC) e Uruguaiana (RS).

De acordo com o texto, “o Ibama deverá garantir estrutura para fiscalização nos pontos citados acima, e a norma entra em vigor em 120 dias.”

Fonte: Agência Brasil - reproduzido em <http://www.criareplantar.com.br/noticia/ler/?idNoticia=12284>

11 – Índio cria abelha contra desmatamento.

Por Sarah Fernandes, do Pnud - Um documentário que será distribuído a organizações não-governamentais, instituições de pesquisa e a universidades mostra os resultados de um projeto que ensinou técnicas para produzir mel a índios e caboclos de quatro municípios do Amazonas.

Após o projeto, os indígenas, em vez de derrubar árvores com colméias, passaram a criar abelhas em caixas especiais, reduzindo o desmatamento nas regiões.

As técnicas para criar abelhas em colméias artificiais foram divulgadas em oficinas e cursos oferecidos pelo projeto Abelhas e Polinização da Várzea, implantado pelo INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), pela Fundação Djalma Batista e pelo PROVÁRZEA/ IBAMA (Programa de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, apoiado pelo PNUD).

Além do projeto, o ProVárzea também ofereceu oficinas sobre colméias artificiais a mais de 300 pessoas em mais 10 cidades.

O projeto Abelhas e Polinização da Várzea teve como foco os municípios de Alvarães, Autazes, Maués e Panelão, nos quais atendeu 61 famílias de índios e caboclos. A ação, que custou R\$ 385 mil, incentivou o aumento da produção de mel de abelhas nativas da Amazônia (que não possuem ferrão), a pesquisa de espécies de árvores polinizadas pelos insetos e a instrução das populações ribeirinhas a não derrubar árvores para retirar colméias.

“Antes as famílias cortavam as árvores com colméias para retirar o mel. Com o projeto elas aprenderam a criar abelhas em caixas artificiais, numa técnica que pode ser replicada em outras comunidades”, afirma Marcelo Vidal, gerente de iniciativas promissoras do ProVárzea.

Além de alterar a forma de extrair mel, a iniciativa levantou que 48 tipos de plantas são polinizadas pelos insetos e viabilizou o plantio de 2.221 mudas de espécies como pés de abacate, limão, guaraná e couve da Malásia. “O projeto tinha o objetivo de promover educação ambiental e aumentar a polinização da floresta”, diz Vidal.

Mais quatro iniciativas do ProVárzea deram origem a documentários: uma ação para vender produtos agrícolas, um projeto de organização da pesca no rio Solimões, uma iniciativa para estruturar criação de quelônios e um programa de gestão de recursos pesqueiros.

Os vídeos, que têm cerca de 30 minutos, foram lançados no seminário “Várzea: Cidadania e Sustentabilidade”, realizado em 7 e 8 de agosto, em Manaus. As cópias serão distribuídas para parceiros do projeto, prefeituras, universidades e instituições de pesquisa.

Saiba mais sobre o PROVÁRZEA/IBAMA (Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea), apoiado pelo PNUD em http://www.pnud.org.br/projetos/meio_ambiente/visualiza.php?id07= (Envolverde/Pnud).

Sds,

Prof. Julio Cesar C. Leitão – Coordenador - Cel: (22) 9848.0412 - E.mail: prof.juliocesar@clubedaarvore.com.br - Home Page: <http://www.clubedaarvore.com.br>
Prof. Julio Cesar C. Leitão - CoordenadorClube da Arvore Projetos Ambientais www.clubedaarvore.com.br - contato@clubedaarvore.com.br

Fonte: Veículo: Zoonews - Seção: Notícias - Data: 12/09/2008 - Estado: PR -

12 - Viveiro Municipal realiza curso de cultura de abelhas urucu

A Agenda 21 Local do Baixo Gramame realiza nesta sexta-feira (12) e sábado (13), no Viveiro Municipal de Plantas Nativas, o 2º Curso Municipal de Meliponicultura. A expressão significa a cultura de abelhas sem ferrão, do gênero *Melipona scutellaris*, conhecida como Uruçu, e que é genuinamente brasileira, sendo registrada sua presença no Nordeste, entre a Bahia e a Paraíba.

No Viveiro Municipal já existem 16 colônias dessa abelha que está quase em extinção. Cada colônia abriga cerca de 6 mil indivíduos produzindo o tradicional mel de Uruçu.

O curso será ministrado pelo ecólogo Jerônimo Kahn Villas-Boas, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e as inscrições estão sendo feitas, gratuitamente, na Secretaria de Meio Ambiente (Semam), nos dois expedientes (contato: Glória Lins – Fone: 3218 9209).

Fonte: Veículo: Paraí-bê-á-bá - Seção: Notícias - Data: 11/09/2008 - Estado: PB

13 - Abelhas Envenenadas - O combate ao amarelão, doença que ataca os pomares de laranja, está prejudicando a criação de abelhas em São Paulo.

A florada da laranjeira é sempre bem-vinda para os criadores de abelha. Os irmãos Nércio e Newton Parise têm 30 apiários, mas não estão satisfeitos com o que têm encontrado nas colméias. Pelas contas deles, a queda na produção é de, pelo menos, sessenta por cento. Um prejuízo estimado em R\$ 70 mil. Em 20 anos de atividade, os irmãos nunca tinham visto uma mortandade tão grande de abelhas.

A situação era ruim em Abril. Os produtores contam que tudo ocorreu depois de uma pulverização aérea nos laranjais vizinhos. Parte foi recolhida e enviada para pesquisadores da Unesp de Rio Claro, que também receberam sete amostras de outras regiões do Estado. Duas apresentaram o princípio ativo do inseticida usado no combate ao psílideo, transmissor do amarelão. Uma delas era a enviada pelos produtores de mel de Brotas.

"Nas amostras que deram positivo, para os dois casos, a quantidade de inseticida que tinha nas abelhas era maior do que o permitido por lei", explicou Osmar Malaspina, biólogo da Unesp. De um jeito fiquei aliviado e de outro fiquei triste porque o veneno está matando. Eles têm que abrir os olhos. Agora, como faz? Eles estão nos prejudicando e matando nossas abelhas. Isso não pode. Todo mundo precisa viver", reclamou Nércio.

O presidente da Associtrus, entidade que reúne 1,2 mil citricultores, afirma que é importante o combate ao vetor da doença, mas condena a pulverização aérea. "Deveríamos coibir esse tipo de aplicação, que é, realmente, indiscriminada e que provoca problemas desse tipo e outros problemas de desequilíbrio biológico muito graves", disse Flávio Viegas. Segundo a Associação Paulista de Apicultores, quinze criadores foram prejudicados.

Fonte: - Apacame-Web - Newsletter da revista Globo Rural - 22/08/08 - boletim@newsletter.edglobo.com.br - apacameplenario@yahoogrupos.com.br

14 – A Federação Paranaense de Apicultores (FEPA) propõe criação de Câmara Técnica/Grupo de Trabalho

A FEPA está abrindo à meliponicultura a possibilidade da criação de Câmara Técnica/Grupo de Trabalho, no âmbito da entidade, também em conformidade com recomendação do I Seminário Paranaense de Meliponicultura, realizado em 28/09/2007.

Eis abaixo a MINUTA portaria/resolução da FEPA (FEDERAÇÃO PARANAENSE DE APICULTORES).

“PORTARIA Nº [Nº da Portaria], DE [dia] DE [mês] DE [ano]

O Presidente da Federação Paranaense de Apicultores - FEPA, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da FEPA e considerando o que consta do artigo 63º, e atendendo deliberação do I Seminário Paranaense de Meliponicultura, ocorrido em 28 de setembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Constituir a Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, sigla CTM-FEPA, que será coordenada por dois meliponicultores ou técnicos especializados no tema, tendo por objetivo geral proporcionar meios e condições para o desenvolvimento da meliponicultura paranaense.

Art.2º - A Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, terá por finalidades organizar, participar, dar pareceres e propor políticas sobre as questões que envolvem a criação de abelhas sem ferrão, auxiliando a Diretoria Executiva da FEPA em suas decisões e encaminhamentos sobre o tema.

Art. 3º- Fica estabelecido que a Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, reunir-se-á ordinariamente a cada 60 dias e sempre que necessário e por convocação de sua coordenação executiva.

Art. 4º - Se for o caso, a Diretoria Executiva da FEPA, aprovará normas e instruções necessárias ao funcionamento da Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, por proposição da mesma.

Art. 5º - A Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, terá tantos componentes, quantos a coordenação executiva julgar necessários para o bom andamento dos trabalhos voltados à meliponicultura paranaense.

Art. 6º - A convocação de reunião da Câmara Técnica de Meliponicultura da FEPA, ficará por conta da coordenação executiva e far-se-á por Edital de Convocação, com prazo mínimo de cinco (5) dias, determinando-se o dia, hora, ordem do dia e o local de sua realização, expedido aos seus componentes, através do vários meios de comunicação (site, email, correio, boletim, jornal e etc).

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Adhemar Pegoraro - Presidente – Gestão 2007-2010 “

Quando foi proposta em 2007, visava apenas e tão somente criar um espaço dentro de uma instituição já existente, para desenvolver ações/iniciativas em prol da meliponicultura. A direção da FEPA, eleita em 2007 (3º Encontro Paranaense de Apicultura), está simplesmente procurando viabilizar compromisso assumido com os apicultores/meliponicultores, presentes aos eventos citados !

Fonte: FEPA -FEDERAÇÃO PARANAENSE DE APICULTORES - Rua Cel. Amazonas Marcondes, 319 – Bairro: Cabral - CEP 80.035-230 - Curitiba – PR - Fepa2007@yahoo.com.br - (0**41) 8803-8848 (A. Pegoraro) – (0**41) - 9182-4467 (L.C. Chequim).

15 – FEPA reivindica junto à SEAB norma estadual específicas sobre inspeção, processamento e comercialização de Méis de Meliponíneos.

A FEPA protocolou junto à SEAB (Secretário Walter Bianchini), o ofício nº 10/2008 (SID nº 7.056.461-0, de 2/09/2008), solicitando estudos, visando instituir legislação estadual de Qualidade e Identidade de Méis de Meliponíneos, registro e rotulagem de produtos, conforme recomendação do I Seminário Paranaense de Meliponicultura (28/09/2007).

Na sua exposição de motivação da direção da FEPA, explicita: “Dia 28 de Setembro 2007, aconteceu no Auditório do Instituto Emater - Rua da Bandeira, 500 - Bairro: Cabral – Curitiba – Paraná, o I SEMINÁRIO PARANAENSE DE MELIPONICULTURA, que como objetivos:

- Promover a aglutinação de meliponicultores, técnicos, pesquisadores e interessados na meliponicultura;
- Sensibilizar a sociedade paranaense a encetar iniciativas, visando a preservação das abelhas nativas sem ferrão;
- Possibilitar o intercâmbio e a difusão de tecnologias e conhecimentos relacionados à meliponicultura;

- Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento sustentável da meliponicultura paranaense, inclusive como opção de inclusão social, geração de renda e bem estar social das comunidades rurais;
- Capacitação e aumento da conscientização das comunidades rurais, acerca da importância das abelhas sem ferrão como agentes polinizadores.”

E ainda continua: “Uma das palestras do evento foi “Boas Práticas de Fabricação de Mel de Abelhas sem Ferrão”, com o Prof. Carlos Alfredo Lopes de Carvalho - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Campus Universitário, visando aprofundar estudos sobre a temática qualidade e identidade de méis e produtos da meliponicultura.

O citado evento, contou com a presença de aproximadamente 200 participantes e apresentou as seguintes conclusões:

- 1 – realização do II Seminário Paranaense de Meliponicultura, em setembro de 2008;
- 2) - Construir uma Proposta de Legislação Estadual sobre Procedimentos Técnicos sobre Identidade e Qualidade de Mel de Abelhas Sem Ferrão e as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores, conforme proposta apresentada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

- 3) – ampliar o debate e encetar iniciativas pela regulamentação da Resolução CONAMA nº 346, 17/08/2004; - 4) – Ampliar o debate no rumo da construção de documento, contendo DIRETRIZES DE POLÍTICAS para o desenvolvimento sustentável da meliponicultura paranaense; - 5) – Com ampla participação de todos os envolvidos, realizar o I CENSO PARANAENSE DA MELIPONICULTURA (nº de criadores, espécies de ASF criadas, produção de mel e produtos meliponícolas e destinação da criação);

- 6 – A partir deste Seminário, concretizar a instituição do Fórum Paranaense de Meliponicultura, a fim de incrementar/prosseguir as ações e iniciativas em prol do desenvolvimento da meliponicultura paranaense; - 7 – Articular rede de informações e dinamizadores/implementadores da meliponicultura paranaense; - 8 – Viabilizar a criação de Câmara Técnica de Meliponicultura em nível da Federação Paranaense de Apicultura (FEPA); - 9 – Incrementar a participação no âmbito do Projeto Paraná Biodiversidade e SISFAUNA/CONFAUNA e REDE PRÓ-FAUNA.”

Na sua argumentação, cita: “Segundo Silveira et al. (2002), as abelhas sem ferrão, conhecidas também como meliponíneos, são sociais e nativas no Brasil, onde encontramos muitas espécies cerca de 300. No Paraná, desconhece-se o número de criadores e muito menos a produção de méis destas abelhas, porém a atividade vem experimentando grande desenvolvimento, principalmente em razão de cursos do SENAR-PR e eventos diversos, constatando-se problemas e dificuldades de comercialização destes produtos, bem como outros relacionados à criação, manejo e extração destas abelhas da natureza.

Helyde Albuquerque Marinho, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), faz esta constatação ao dizer: “O Ministério da Agricultura (MAPA) só possui legislação para o mel das abelhas Apis (africanizadas), o qual determina que a umidade não pode ultrapassar os 20%. Porém o mel produzido pelas abelhas sem ferrão varia entre 24 a 27%. A elevada taxa leva a uma fermentação mais rápida, o que pode ocasionar a perda de toda a produção. Por isso, não pode ser exportado para a Europa. Contudo, já existe tecnologia para a questão”.

Finalizando, reivindica: “Diante do exposto, solicita-se estudos por parte da SEAB no sentido de concretizar-se uma legislação estadual sobre o tema, que facilite e possibilite o registro de produtos oriundos da meliponicultura, reconhecidamente uma atividade preservadora das abelhas nativas do Brasil, geradora de renda e inclusão social de comunidades locais.

A título de subsídio, segue em anexo a proposta elaborada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - Grupo de Pesquisa Insecta, denominado: “Procedimentos Técnicos sobre Identidade e Qualidade do Mel de Abelhas Sem Ferrão e as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores”.

Fonte: Fonte: FEPA -FEDERAÇÃO PARANAENSE DE APICULTORES - Rua Cel. Amazonas Marcondes, 319 – Bairro: Cabral - CEP 80.035-230 - Curitiba – PR - Fepa2007@yahoo.com.br - (0**41) 8803-8848 (A. Pegoraro) – (0**41) - 9182-4467 (L.C. Chequim).

<p style="text-align: center;">SEABDERAL DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL Editor Responsável: Roberto de Andrade Silva - andrades@pr.gov.br - fone: 0xx41-3313.4132 – fax: 3313.4031 - deral@pr.gov.br - www.seab.pr.gov.br</p>
